



Contra guerra fiscal, Senado aprova ampla reforma do ISS

Vai à Câmara dos Deputados texto que pune concessão de benefício fiscal para atrair empresas e inclui novos produtos entre os atingidos pelo Imposto sobre Serviços

O Plenário do Senado aprovou ontem por unanimidade o projeto que introduz ampla reforma no Imposto sobre Serviços (ISS). Além de atualizar a lista de atividades atingidas pelo imposto, incluindo serviços como computação em nuvem, o parecer de Humberto Costa a projeto de Romero

Jucá combate a guerra fiscal entre municípios ao instituir punição aos que descumprirem a alíquota mínima de 2% de ISS. O texto, que altera as regras do chamado valor adicionado, vai à Câmara. Senadores cobraram a votação, pelos deputados, da PEC que trata da partilha de impostos sobre o comércio eletrônico. **3**



Renan Calheiros (3º à dir.) disse que o portal federativo é uma "nova alavanca de trabalho" para os parlamentares

Portal reúne dados de forma inédita

Foi lançado ontem o Portal Dados Federativos, que reúne dados oriundos de várias fontes oficiais, como a Secretaria do

Tesouro Nacional e o IBGE, permitindo o cruzamento, comparação e acompanhamento das informações. **3**

Marcello Casati/JR/ABR



Alunos como os de escola do DF deverão ser alfabetizados até os 7 anos

Renan: Plano de Educação será votado em dezembro

Comissão de Educação aprovou ontem, em tempo recorde, texto que retoma vários itens do projeto original que haviam sido

suprimidos. Líderes governistas reagiram e querem mudar alguns, como os prazos para estados e municípios se adequarem. **12**

Policiais militares pedem melhor remuneração **8**

Crimes de terrorismo receberão penas rígidas **9**

Jornal do Senado chega hoje à edição de número 4.000

O primeiro número data de 4 de maio de 1995. Nesses mais de 18 anos, foram muitas as mudanças. Hoje, além da versão impressa,

o Jornal pode ser lido no site, no Facebook e no Twitter. Tudo para se manter em sintonia com um Senado cada vez mais transparente.

Voto aberto deve ser promulgado hoje, mas ainda causa dúvidas **2**

Orçamento impositivo vai vigorar já no próximo ano **5**

Iniciativa popular poderá ter assinatura eletrônica **11**



Comissão de Constituição e Justiça quer apertar o cerco a acusados na tentativa de recuperar o dinheiro público

Sequestro imediato para bens desviados

Para garantir devolução de recursos públicos desviados, projeto aprovado em comissão determina o sequestro e indisponibilidade imediatos de bens, inclusive não relacionados ao processo e de

terceiros envolvidos. Além disso, nenhum pedido de devolução dos bens será considerado sem o comparecimento do acusado em juízo, o que impede foragidos de recuperar posses por meio de advogado. **7**

Especialistas debatem veto a usinas nucleares **4**

Senadores temem falta d'água na Paraíba **6**

Comissão de regulamentação quer aprovação de projetos **10**

Jonas Pereira/Agência Senado

Gerardo Magela/Agência Senado



Aníbal Diniz, Aloysio Nunes e Cássio Cunha Lima na sessão de terça-feira que aprovou voto aberto em cassações de mandatos

Parte da PEC do Voto Aberto deverá ser promulgada hoje

Presidentes do Senado e da Câmara manifestaram-se pela promulgação imediata dos pontos aprovados pelos senadores. Eficácia do fim do voto aberto em cassações de mandato, porém, é questionada

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou que hoje, às 11h, o Congresso Nacional vai promulgar os dois itens da PEC do Voto Aberto que acabam com as votações secretas nos processos de cassação de mandatos parlamentares e no exame de vetos presidenciais. As duas mudanças foram aprovadas na terça-feira pelo Plenário do Senado.

Renan fez o anúncio depois de o presidente da Câmara, Henrique Alves, ter se manifestado no mesmo sentido — isto é, pela promulgação imediata dos dois pontos acolhidos pelos senadores que não apresentam divergências em relação ao texto aprovado pelos deputados. A proposta que saiu da Câmara previa o voto aberto em todos os casos.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 349/2001, a chamada PEC do Voto Aberto, acaba com o voto secreto

para processos de cassação de parlamentares e exame de vetos presidenciais. Conforme o texto aprovado, o voto permanecerá secreto na votação de indicações de autoridades e na escolha dos membros das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado.

Já o texto aprovado anteriormente na Câmara previa o voto aberto em todos os casos.

Henrique Alves disse que a promulgação da PEC do Voto Aberto, como foi aprovada no Senado, já o tranquiliza nas próximas votações na Câmara de perda de mandato. É o caso dos deputados condenados pelo Supremo na ação penal do mensalão. Alves havia firmado posição de não colocar em votação nenhum processo desse tipo enquanto a PEC do Voto Aberto não fosse aprovada.

Dúvidas

A aprovação da PEC do Voto Aberto ainda gera dúvidas dos

senadores quanto à aplicação nos processos de perda de mandato de parlamentares. Na sessão de ontem, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) alertou para o fato de os Regimentos Internos da Câmara e do Senado preverem a votação secreta nesses casos. Para ele, a mudança aprovada ontem pode não ter efeito na prática.

— Penso que, à luz do que aprovamos ontem, não acabamos com o voto secreto na cassação de parlamentares. O meu receio é que nós estejamos vendendo, de alguma maneira, involuntariamente, gato por lebre — alertou o parlamentar.

A preocupação foi reiterada pelo senador José Agripino (DEM-RN). De acordo com ele, a intenção do Senado de acabar com o voto aberto na perda de mandato é conhecida, mas o texto está sujeito a diferentes entendimentos.

Sérgio Souza considerou o fim do voto secreto um avanço

Sérgio Souza (PMDB-PR) considerou um grande avanço o Senado ter aprovado o fim da votação secreta em cassações de mandato e apreciações de veto.

— Numa escala de um a dez, avançamos oito, pelos menos — afirmou o senador, em discurso ontem.

Souza acredita que a medida vai garantir mais transparência às decisões do Legislativo.

— A população brasileira quer saber como vai votar o seu representante quando analisar o veto ao fator previdenciário e outros tantos vetos que estão nos arquivos do Congresso — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Mozarildo, votação aumenta a transparência

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RO) acredita que o Senado agiu certo ao aprovar antontem o fim do voto secreto para cassação de mandato e apreciação de vetos. Ele disse que a medida vai ajudar a dar mais transparência ao Legislativo e considerou importante a manutenção do voto secreto para autoridades.

— É uma proteção para os estados. As indicações de diretores de agências reguladoras, bancos e outros órgãos são votadas aqui e, se um senador votar contra um indicado, essa pessoa poderá ter má vontade para atender as reivindicações de seu estado — explicou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Pinheiro critica manutenção do voto secreto para indicações

“Foi um absurdo o Senado não ter aprovado o voto aberto em todas as circunstâncias, perdendo a oportunidade de ser transparente”, afirmou Walter Pinheiro (PT-BA), logo após a votação da PEC 43/2013, antontem.

O Plenário manteve o voto secreto para indicação de autoridades e restringiu o alcance da decisão ao Congresso.

— A única possibilidade que o eleitor tem de acompanhar a ação dos 81 senadores é lendo no painel o que cada um faz. O voto é a forma de fazer esse acompanhamento, essa prestação de contas — afirmou o senador.



Moreira Matiz/Agência Senado

Inácio registra encontro do PCdoB e apoio a Dilma Rousseff

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou ontem a realização do 13º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que, entre outras coisas, confirmou o apoio à presidente Dilma Rousseff e à reeleição dela.

Segundo Inácio, o entendimento do PCdoB é que o governo do PT tem feito mudanças importantes que resultam na melhor distribuição da riqueza nacional.

— Resultou em um programa de distribuição maior da riqueza produzida. Primeiro levantar a cabeça do nosso povo, aumentar a produção da riqueza e distribuí-la em amplos programas sociais. Não se trata só do Bolsa Família, se trata do período onde, de forma mais larga, o nosso povo teve a sua carteira assinada, teve o seu emprego garantido, ampliando a participação da renda do trabalho na formação do



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo senador, 13º congresso do partido salientou avanços no país

chamado produto interno bruto — avaliou.

O senador observou ainda que, nos últimos anos, os rendimentos do trabalho têm aumentado, ao contrário do que tem acontecido dos países mais desenvolvidos. O passo seguinte, a seu ver, tem sido o de ampliação da rede de formação profissional, técnica e universitária, além de “programas substantivos na área da educação infantil e do ensino fundamental”.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Conselho de Contabilidade

14h Entre os itens da pauta da sessão deliberativa, está o projeto que modifica a composição do Conselho Federal e dos conselhos regionais de Contabilidade.

PRESIDÊNCIA PEC do Voto Aberto

11h Renan Calheiros preside sessão solene do Congresso destinada à promulgação da emenda constitucional que institui o voto aberto; às 12h, reunião da Mesa; e às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Tarifa de energia elétrica

7h45 Audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre tarifas de energia utilizadas para os perímetros de irrigação localizados no Baixo São Francisco (Itiúba e Boacica, em Alagoas), bem como nos perímetros localizados no Rio Grande do Sul, terá a presença do diretor-presidente da Companhia Estadual de Energia Elétrica gaúcha, Gerson Carrion de Oliveira.

SENADO DO FUTURO Ensino superior

8h30 “O Brasil que queremos e o ensino superior: desafios e oportunidades” é o tema de debate na Comissão Senado do Futuro, com a possibilidade de interação pelo e-Cidadania e pelo Alô Senado.

CCJ Novo Regimento Interno

9h30 Comissão analisa projeto de resolução que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.

CRE Emendas, embaixadas e Unesco

10h Votação das emendas da comissão ao Orçamento 2014 e indicação de embaixadores para Mianmar, Cuba, Guatemala e Albânia. Também examina o nome de Eliana Zugaib para o cargo de delegada permanente junto à Unesco.

CAS Fisioterapia em debate

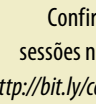
10h30 Audiência pública interativa trata da inclusão da fisioterapia entre os serviços especializados de segurança em medicina do trabalho nas empresas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h45, audiência pública da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h30, audiência pública da **Comissão de Assuntos Sociais**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Segue para a Câmara dos Deputados o texto que combate a guerra fiscal ao prever punição por concessão de benefício fiscal a empresas e inclui novos produtos e serviços entre os atingidos pelo ISS

Moreira Manz/Agência Senado



Lindbergh Farias (D) leu relatório de Humberto Costa que impede a bitributação e pune a guerra fiscal entre municípios

Senado aprova reforma do Imposto sobre Serviços

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem por unanimidade o projeto (PLS 386/2012 — Complementar) que introduz ampla reforma no Imposto sobre Serviços (ISS), atualizando a lista de serviços atingidos pelo imposto. Foram 54 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. A matéria, também aprovada em turno suplementar, segue para a Câmara.

O projeto trata desde a prevenção da guerra fiscal entre municípios até a tributação de novos serviços, como *cloud computing* (computação em nuvem). O objetivo é eliminar dúvidas quanto ao tratamento tributário dispensado a esses produtos e reduzir a dependência das prefeituras em relação às transferências constitucionais, como as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as cotas do ICMS e do IPVA.

A proposta, de Romero Jucá (PMDB-RR), recebeu substitutivo do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Humberto Costa (PT-PE), apresentado em Plenário por

Lindbergh Farias (PT-RJ). Para Humberto, as mudanças vão aumentar a arrecadação dos municípios. A iniciativa também desonera a construção civil e o transporte coletivo.

— Nessa atualização da lista, o fundamental são serviços de tecnologia de informação, impressos e propaganda. Garante a alíquota mínima de 2% do ISS, há a instituição de punições e não ocorre bitributação — resumiu Lindbergh.

O projeto vem para ajudar a combater a chamada guerra fiscal. A lei que regula o ISS já fixa a alíquota mínima de 2%, mas, reproduzindo em nível local o que os estados fazem com o ICMS, muitos municípios abrem mão de parte da receita para atrair empresas. Essas concessões, além de nulas, passam a configurar ato de improbidade administrativa. As penas previstas são perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e multa.

Outra mudança tem repercussão na cota do ICMS dos municípios. Hoje, se uma empresa com filiais em várias cidades centralizar a emissão

de notas fiscais em uma delas, essa sede fica com a maior fatia do chamado “valor adicionado”. Com a mudança, o valor adicionado ficará onde ocorreu a transação comercial.

Senadores ressaltaram que Humberto Costa promoveu ampla negociação entre entidades municipalistas e contribuintes do ISS, em busca dos três objetivos principais do projeto: ajudar os municípios a resolver a crise fiscal, eliminar dúvidas sobre incidência do ISS e atualizar a lista de serviços.

Comércio eletrônico

Diversos senadores aproveitaram o debate para cobrar da Câmara a votação da PEC 197/2012, que trata da partilha dos impostos sobre o comércio eletrônico. O presidente do Senado, Renan Calheiros, mais Eunício Oliveira (PMDB-CE), Walter Pinheiro (PT-BA) e Eduardo Braga (PMDB-AM), entre outros, reclamaram da demora dos deputados para apreciar a matéria que divide o valor arrecadado entre o estado de origem e o de destino.

Portal facilita acesso a dados oficiais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou oficialmente ontem o Portal Dados Federativos, que reúne dados oriundos de várias fontes oficiais, como a Secretaria do Tesouro Nacional e o IBGE, permitindo o cruzamento, comparação e acompanhamento das informações. Para Renan, o novo portal contribui para o fortalecimento da Federação e do papel do Senado no equilíbrio federativo.

— O portal é mais uma ferramenta de trabalho à disposição do Congresso Nacional. Nada mais oportuno do que dotar esta Casa com um portal de dados socioeconômicos de índole federativa — afirmou Renan.

O presidente destacou que o Portal Dados Federativos — dividido em Dados Socioeconômicos, Finanças Estaduais, Contas Nacionais e Regionais e Legislação Relacionada —, tem navegação simplificada, rápida e intuitiva. Renan disse ainda que essa “nova alavanca de trabalho” para os parlamentares também está disponível para o público em geral.

Alojado na página do Senado e com chamada no menu principal, permite análises históricas e comparativas dos dados. O internauta pode verificar, por exemplo, se determinado estado está cumprindo os limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para os gastos com pessoal e nas

contratações de operações de crédito.

Servidores das Consultorias Legislativa e de Orçamentos e do Prodasen trabalharam por oito meses na construção do portal. O consultor de Orçamentos Orlando Neto disse que a reunião de tantos dados em um único portal é inédita no país. Para a secretária-geral do Senado, Claudia Lyra, o portal é uma ferramenta inovadora, que pode ajudar os senadores na avaliação e acompanhamento de políticas públicas, além de reforçar a transparência na aplicação de recursos públicos.

Saiba mais sobre o portal: <http://bit.ly/Cidadania454>

Participantes de seminário propõem pacto abrangente

Um pacto federativo que ultrapasse a redistribuição de recursos, para abranger as responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios, foi defendido pelos participantes do seminário O Estado e a Federação: crise e reformas.

O economista Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que a Federação brasileira perdeu o rumo e não consegue encontrar a saída do labirinto em que se enredou. Com isso, segundo ele, acumulou fragilidades e desequilíbrios, como a forte queda da participação dos estados na repartição do bolo fiscal e a perda de influência dos entes federados na política nacional. O resultado, na avaliação de Rezende, é que os governantes são obrigados a suportar o ônus político gerado pela incapacidade de evitar a deterioração da infraestrutura urbana e melhorar a qualidade dos serviços públicos.

O secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, manifestou suspeita da existência de propósito deliberado



Para Armando, guerra fiscal acabou com a “coesão” da Região Nordeste

de dividir os estados para o governo central “imperar”. Os problemas, conforme disse, são enfrentados de maneira desarticulada, com resultados insatisfatórios.

— Não há bons ventos para nau sem rumo — resumiu.

Armando Monteiro (PTB-PE) recorreu a dados citados por Calabi que apontam renúncia fiscal superior a 50% da receita de ICMS em alguns estados, como Goiás e Amazonas, para apontar exaustão do modelo centralizado na guerra fiscal. A guerra fiscal, para o senador, acabou com a coesão de estados como os do Nordeste, que antes se aglutinavam em torno da política de desenvolvimento coordenada pela Sudene.

Conflitos federativos geram 5 mil ações no STF, diz Gilmar Mendes

Conflitos federativos geraram 5 mil processos que estão atualmente no Supremo Tribunal Federal (STF), como informou ontem o ministro da Corte Gilmar Mendes, no seminário O Estado e a Federação: crise e reformas. Para o ministro do STF, “algo vai muito mal nesse ambiente”.

O ministro comentou ainda decisões com repercussão no pacto federativo que, depois de adotadas pelo Congresso, acabam sendo levadas ao STF,

como o piso dos professores. Ele questionou como o Senado, Casa da Federação, aprova lei capaz de inviabilizar a gestão dos estados, como alegam as ações que chegam à Corte.

— O Senado perdeu a capacidade de representar os estados? — indagou.

Na abertura do seminário, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), lamentou a falta da “boa política” no debate a respeito do pacto federativo.

Bauer critica demora para mudar indexador das dívidas estaduais

O senador Paulo Bauer (PSDB-SC) manifestou preocupação com a demora na apreciação dos projetos de lei que tratam da revisão do pacto federativo, em especial com o que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios com a União (PLC 99/2013).

Segundo Bauer, o projeto está há 28 dias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, pela falta de interesse do governo na aprovação, ainda está aguardando a designação de relator.

O senador explicou que o governo federal decidiu abandonar a proposição porque ela pode estimular gastos,

pois aumenta a capacidade de endividamento.

— Mais uma vez o Senado é submetido à esquizofrenia política do governo. O Executivo muda de direção como uma biruta muda ao vento, e quer obrigar o Senado a segui-lo, subservenientemente. Entretanto, é nossa obrigação apreciar essa matéria — disse.



De acordo com o senador, governo não tem interesse na aprovação

Projeto de Cristovam que propõe interromper a instalação pelos próximos 30 anos foi alvo de críticas, mas o senador lembra que países europeus já tomaram essa decisão

Debatedores divergem sobre usinas nucleares

SENADORES E CONVIDADOS que participaram ontem de audiência pública da Comissão de Infraestrutura não chegaram a um consenso sobre o projeto (PLS 405/2011) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que suspende pelo prazo de 30 anos a construção de novas usinas termonucleares no Brasil. A necessidade de diversificação da matriz energética se contrapôs a questões de segurança e ao medo de acidentes, como os ocorridos na União Soviética, há 27 anos, e em Fukushima (Japão), em 2011.

O diretor-presidente da Eletrobras Termonuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, afirmou que as usinas modernas, construídas em locais apropriados e com a tecnologia adequada, são seguras e eficientes na geração de energia. Segundo ele, o Brasil pode prescindir das nucleares, mas vai pagar pela decisão.

— O país é rico em minerais

e em urânio, o qual não tem outra utilização que não a geração de eletricidade. Suspendê-lo por 30 anos é possível, mas vamos pagar mais e sacrificar mais o povo — argumentou Othon Silva.

Ele garantiu ainda que a Usina Angra 3, que começará a operar em 2018, no litoral do Rio de Janeiro, contará com as normas mais modernas de segurança e que existe um plano de evacuação bem preparado, em caso de emergência.

— Fukushima contou com um plano de fuga que permitiu a evacuação de 140 mil pessoas da região sem acidentes. Em Angra adotamos metodologia semelhante — afirmou.

Já o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, defendeu a diversificação da matriz energética brasileira.

— Tem espaço para todas as fontes, inclusive para a

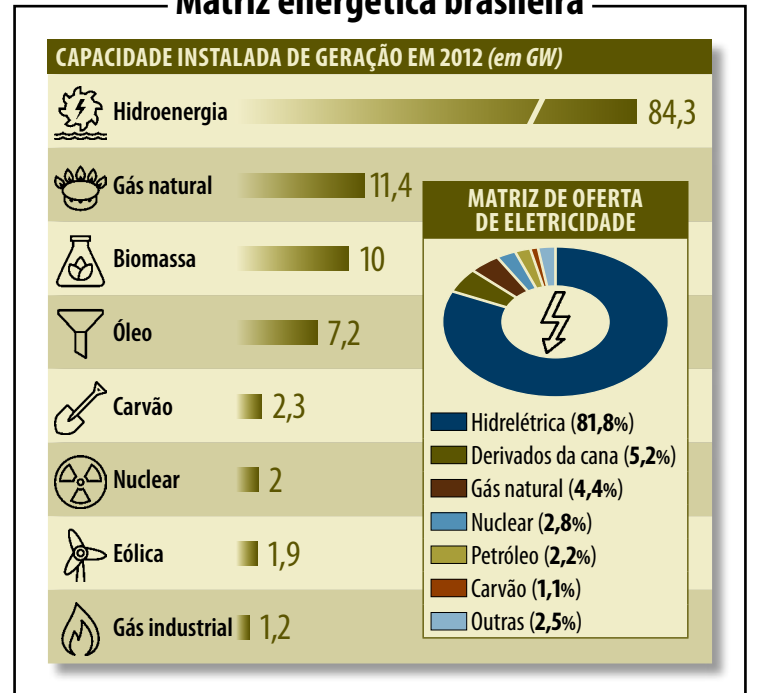
nuclear. O Brasil precisa fazer sua economia crescer. Só ela [energia] não resolve; mas, se faltar, a economia não cresce — argumentou.

Lobão Filho (PMDB-MA) criticou o projeto e disse que a proposta surgiu “no calor de acontecimentos recentes”.

— Em Fukushima houve falhas e um componente ambiental. Temos que aprender com erros de terceiros e impedir que aconteçam aqui — afirmou.

Já Cristovam Buarque lembra que a Constituição garante o direito dos cidadãos à segurança e que as usinas nucleares são ameaças permanentes, inclusive para as gerações futuras. Ele citou, em sua justificativa do projeto, que 94% dos eleitores italianos rejeitaram, em plebiscito, a retomada do programa nuclear naquele país. Na Alemanha, informou, o governo decidiu desativar todas as usinas nucleares até 2022.

Matriz energética brasileira



Riscos não compensam os benefícios, dizem especialistas

O diretor-executivo da F. G. Whitaker Assessoria Técnica para Negócios e Serviços Internacionais, Francisco Whitaker Ferreira, defendeu o PLS 405/2011.

— Pouco mais de 2% de nossa matriz vem da energia nuclear. Será que vale a pena correr riscos? O preço que vamos pagar? É a energia mais cara. Mas eu não penso no preço da energia, mas no preço de vidas humanas — afirmou.

Para Francisco Whitaker, a questão não é se o Brasil pode ou não ficar sem usinas por 30 anos, mas se deve ou não usar esse sistema.

— E não devemos, pois não temos o direito de expor a população a tal risco — disse. Cristovam Buarque deixou

claro que o projeto não impede o desenvolvimento do setor, já que não proíbe a pesquisa.

— Em Chernobyl havia irresponsabilidade geral do sistema soviético. Mas o Japão é um país reconhecidamente cuidadoso e eficiente e mesmo assim aconteceu — alertou.

Walter Pinheiro (PT-BA) mostrou-se preocupado com a falta de uma cultura de defesa civil no país, lembrando que a população de Angra dos Reis e região sofre até na época das chuvas, com inundações e deslizamentos.

— Diferentemente do Japão, não temos essa cultura. Nem nas 12 sedes da Copa do Mundo os centros de emergência estão funcionando — lamentou.



Francisco Whitaker, Altino Ventura, Fernando Collor, presidente da CI, Othon Silva e Cristovam (à esq.): sem consenso

Roaming dentro do Brasil deverá ser gratuito

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o projeto que proíbe a cobrança de *roaming* nacional ou de qualquer outro tipo de adicional quando o dono do celular viajar para outro estado. O PLS 85/2013 estabelece que a gratuidade só vale se o serviço for da mesma rede ou grupo econômico da operadora contratada.

O autor, Valdir Raupp (PMDB-RO), esclareceu que o pagamento extra pelo *roaming* nacional só se justificava quando não havia a atual rede de telefonia celular e era necessário o compartilhamento do serviço entre diferentes empresas. O projeto vai ser examinado agora na Comissão de Infraestrutura (CI).

A CCT aprovou ainda o projeto (PLC 28/2011) que permite que lan houses se transformem em centros de inclusão digital e, assim, possam receber incentivos do governo federal. Além disso, terão que garantir que dados dos usuários e o conteúdo acessado não serão violados, a não ser que haja ordem judicial. Outras exigências são facilidades para pessoas com deficiência e o registro do nome e identidade do usuário. A proposta estabelece ainda que menores de 18 anos deverão ser orientados quanto ao acesso a sites de jogos e conteúdos inadequados.



Lia de Paula/Agência Senado

Aprovada criação de três centros de pesquisa

Foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) o PLC 55/2013, que determina a criação de três centros de pesquisa: o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas. Os órgãos serão vinculados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI).

De acordo com o projeto, do Executivo, o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste buscará o desenvolvimento econômico e social da região e atuará na formação de redes de pesquisa e realizando estudos e projetos interdisciplinares.

O Instituto de Pesquisa do Pantanal terá como foco a instalação de infraestrutura de apoio às pesquisas na região. Já ao Instituto Nacional de Águas caberá a geração de conhecimento para o uso racional dos recursos hídricos. O projeto segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O texto prevê ainda a transferência para o MCTI do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, de Santa Tereza (ES), que passará a chamar-se Instituto Nacional da Mata Atlântica, que hoje integra o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Custo com manutenção de patentes pode mudar

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que institui nova fórmula de cálculo do valor da chamada retribuição anual — custo das empresas com manutenção de patentes. O texto (PLS 689/2011) também revoga dispositivo da Lei 9.279/1996, que regula direitos e obrigações de propriedade industrial, para eliminar o que o autor considera demasia no prazo de proteção da patente.

A proposta estabelece a progressão no valor da retribuição durante a vigência da patente. O cálculo se dará multiplicando o valor previsto para o terceiro ano da data do depósito pelo número de anos decorridos. Hoje, o prazo de proteção de patente no Brasil é de 20 anos após a data do depósito. O custo maior para a manutenção da patente, a partir do terceiro ano, evitaria condutas abusivas, como destaca o relator da matéria, Gim (PTB-DF), desestimulando a manutenção do registro por 20 anos apenas para impedir que caia em domínio público e seja utilizado por outros empresários e consumidores. O projeto segue para as Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência e Tecnologia.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Execução obrigatória de emendas parlamentares está prevista no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, afirma presidente da Comissão Mista de Orçamento

Orçamento impositivo está garantido para o ano que vem, diz Lobão Filho

APESAR DA DECISÃO da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados de dividir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo 353/2013 em dois textos, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse ontem que a obrigatoriedade de execução de emendas parlamentares individuais está garantida para 2014 pela inclusão das regras no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (PLN 2/2013) para o ano que vem, aprovado pelo Congresso na semana passada.

— Estamos impondo [a obrigatoriedade de execução de emendas] pela LDO. O Congresso deve isso a esta comissão. Nós conseguimos fazer prevalecer a figura do orçamento impositivo pela primeira vez na história do país, para resguardar o direito do parlamentar — afirmou Lobão.

O relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), também destacou a importância da aprovação pelo Congresso do texto que garante a aplicação do orçamento impositivo.

Ontem, a CCJC da Câmara decidiu adiar a votação da PEC e dividi-la em dois textos. O primeiro torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento. O segundo fixa um percentual

mínimo da receita da União a ser aplicado em saúde. Se houver alterações na Câmara, a proposta precisará voltar ao Senado. Nesse caso, a execução obrigatória das emendas dificilmente poderia ser incluída na Constituição ainda neste ano, pois precisaria tramitar pelas duas Casas em menos de um mês, já que o ano legislativo termina em 22 de dezembro. A PEC do Orçamento Impositivo chegou na terça-feira à CCJC da Câmara e o relator, deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), apresentou o relatório ontem.

LDO e PEC

O texto da LDO é bem semelhante ao da PEC em análise na Câmara, mas há alterações aprovadas em Plenário. Pela LDO, as emendas individuais dos deputados e senadores serão equivalentes a 1,2% da receita corrente líquida (RCL)



Para o senador Lobão Filho, medida resguarda direito dos parlamentares

do ano prevista na proposta orçamentária, sendo que metade será destinada obrigatoriamente para ações e serviços públicos de saúde. O texto aprovado na Câmara previa o limite de 1%, que foi aumentado para 1,2% após acordo com o governo.

Esse percentual, para 2014, significa R\$ 14,68 milhões para

cada parlamentar apresentar em emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária Anual — LOA (PLN 9/2013) de 2014, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para saúde, incluídas despesas de custeio, como pagamento de água e luz, e excluídos o pagamento de pessoal e os encargos sociais, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O total destinado à apresentação de emendas parlamentares individuais para o ano que vem será de R\$ 8,72 bilhões.

Uma das diferenças entre o texto da LDO e o da PEC é a exigência de adimplência de estados, do Distrito Federal e de municípios na hipótese de serem destinatários de transferência obrigatória da União para execução de emendas parlamentares. A PEC retira essa necessidade e a LDO mantém a obrigação.

(Da Agência Câmara)

Eduardo Braga critica divisão da proposta em duas

Eduardo Braga (PMDB-AM) considerou um equívoco a decisão tomada ontem pela Comissão de



Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara de fatar a PEC do Orçamento Impositivo em dois textos. Um deles torna obrigatório o pagamento das emendas de deputados e senadores até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União no ano anterior. O outro obriga a União a destinar à saúde pública 15% da RCL.

— Eles não podem fazer isso. É antirregimental. É ilegal. A opinião de todos é que estão cometendo um atropelo jurídico — disse, argumentando que a PEC ainda não havia sido admitida pela CCJC, primeira etapa de tramitação.

— Depois é que o mérito é discutido. Nesta fase é que pode haver a apresentação de destaques para a votação de partes da proposta em separado.

Segundo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, o faturamento dificulta o acordo para quebra de prazos regimentais, o que ameaça a aprovação da emenda ainda neste ano.

Ele adiantou que, na próxima terça-feira, os líderes tentarão um acordo para resolver o impasse.



Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dividiu a PEC do Orçamento Impositivo em dois textos e adiou votação

Comissões aprovam emendas ao projeto de lei orçamentária

Comissões aprovaram ontem emendas ao Orçamento 2014, que serão enviadas à CMO. O prazo para emendas foi prorrogado para quarta-feira.

CAS A Comissão de Assuntos Sociais aprovou quatro mudanças, que destinam R\$ 2,4 bilhões para o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ao FNS foram destinados R\$ 300 milhões para a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde; outros R\$ 300 milhões para a Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde; e mais R\$ 300 milhões para a Rede Sarah de hospitais, para assistência médica e atividades educacionais e de pesquisa. Para a Funasa, foram R\$ 300 milhões.

CDR A Comissão de Desenvolvimento Regional pede quatro alterações, num total de R\$ 2,26 bilhões. As emendas destinam-se à implantação de infraestrutura hídrica no Ministério da

Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões; à infraestrutura turística, no Ministério do Turismo, R\$ 550 milhões; ao sistema de transporte público coletivo urbano, no Ministério das Cidades, R\$ 1,25 bilhão; e ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), no Ministério do Turismo, R\$ 160 milhões.

CE A votação das emendas da Comissão de Educação contou com a presença de representantes de teatro, dança e circo. Duas das emendas propostas destinam mais de R\$ 1 bilhão para atividades culturais, dos quais R\$ 600 milhões para a Fundação Nacional de Artes (Funarte), vinculada ao Ministério da Cultura. A comissão recomenda que os recursos financiem projetos de circo, dança e teatro. Outros R\$ 500 milhões vão para a implantação e modernização de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). As demais emendas destinam R\$ 600 milhões ao

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a educação básica, e R\$ 300 milhões para o Ministério do Esporte, para implantação e modernização da infraestrutura de esporte educacional, recreativo e de lazer.

CMA A Comissão de Meio Ambiente propõe R\$ 55 milhões para a Defensoria Pública da União; R\$ 309,5 milhões para o Instituto Chico Mendes; R\$ 100 milhões ao Ministério Público Federal; e R\$ 16 milhões ao Tribunal de Contas da União (TCU), que receberia outros R\$ 2 milhões fruto de remanejamento.

CCJ Na Comissão de Constituição e Justiça, as sugestões incluem R\$ 25,5 milhões para a assistência médica e odontológica aos servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ); R\$ 100 milhões ao Conselho Superior de Justiça do Trabalho para a modernização de instalações físicas; R\$ 300 milhões ao

Fundo Penitenciário Nacional (Funpen); e R\$ 150 milhões ao Ministério Público Federal, para a implantação de procuradorias da República junto às varas federais. Também foi aprovada emenda de remanejamento, no valor de R\$ 70 milhões, à Fundação Nacional do Índio (Funai), para fiscalização e demarcação de terras e localização e proteção de índios isolados.

CCJ De um total de R\$ 400 milhões de emendas aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, R\$ 100 milhões destinam-se ao projeto de pesquisa em inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Outros R\$ 100 milhões iriam para o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, do Ministério da Defesa. Por último, R\$ 200 milhões deverão apoiar os projetos de inclusão digital do Ministério das Comunicações. Fruto de remanejamento, R\$ 50 milhões destinam-se à formação de recursos humanos para

CT&I, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e R\$ 200 milhões para a implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

CRA A Comissão de Agricultura pretende distribuir R\$ 1,5 bilhão a projetos dos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura e da Embrapa. Para o fortalecimento do setor agropecuário, no Ministério da Agricultura, foram destinados R\$ 300 milhões. Já para o desenvolvimento de tecnologias pela Embrapa foram R\$ 250 milhões. Para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais a CRA separou R\$ 600 milhões, e à infraestrutura pesqueira e aquícola foi reservada uma emenda de R\$ 350 milhões. A comissão aprovou ainda emenda de remanejamento de R\$ 50 milhões para o fomento ao setor agropecuário.

Comissão de Desenvolvimento Regional vai se reunir com membros do governo da Paraíba na sede da Agência Nacional de Águas para tentar evitar que falta d'água piore

Senadores buscam solução de emergência para seca na Paraíba

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem a realização de reunião com representantes do governo da Paraíba, na sede da Agência Nacional de Águas (ANA), a fim de buscar uma solução de emergência para a falta de abastecimento de água enfrentada por vários municípios do sertão paraibano. O pedido de reunião, de Cícero Lucena (PSDB-PB), foi aprovado após audiência pública que tratou da gestão do Açude Epitácio Pessoa, mais conhecido como Boqueirão, que abastece 20 municípios, entre eles Campina Grande.

Os convidados da audiência afirmaram que a situação nunca foi tão grave, devido à rigorosa seca e à má gestão dos recursos hídricos. O Boqueirão está com 39,7% do volume e, se não chover, chegará ao volume morto (indisponível para captação de água) em janeiro de 2015. Senadores e convidados ressaltaram também a importância da transposição do Rio São Francisco para a segurança hídrica do semiárido nordestino.

Seca

Segundo o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, a seca atual é a pior dos últimos 50 anos e o volume de chuvas é o menor dos últimos 100 anos. Para Guillo, outra causa da situação é o fato de o país ter pouca reserva de água.

— Nós estamos defendendo



Início Arruda (ao centro), vice-presidente da CDR, em reunião com especialistas e membros do governo federal e da Paraíba

a retomada de uma política de construção de grandes reservatórios — afirmou o presidente da ANA.

O dirigente explicou ainda que o nível de reserva de água na Paraíba está em torno de 30% e grande parte desse volume se deve ao Boqueirão.

— Se nós retirarmos desses 30% o reservatório de Boqueirão, que está próximo de 40% e tem um grande volume, a média da Paraíba baixaria drasticamente — afirmou.

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a ANA precisa tomar uma atitude emergencial para o caso de não chover nos próximos meses.

— São necessários planos de contingência para que possamos estar preparados para o pior. E se não chover, o que faremos? Não podemos deixar chegar janeiro, não podemos deixar chegar o colapso

completo para depois decidir o que será feito — afirmou o senador.

Má gestão

Além da seca, os problemas enfrentados por cerca de 1 milhão de pessoas que vivem nos municípios dependentes do açude também são causados pelo desperdício de água, má gestão e o uso ilegal e não fiscalizado de água para irrigação.

O presidente da ANA disse que a agência está fazendo acordo com os que usam água para irrigação para diminuir a captação de água. Também desenvolvem um trabalho, em parceria com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (Aesa), o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), o Ministério Público e a Companhia de Água e Esgotos

da Paraíba (Cagepa), para melhorar a gestão da água.

De acordo Janiro Costa Rêgo, professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a principal causa da falta de água no açude é a má gestão. Ele explicou que, segundo a Lei de Águas (Lei 9.433/1997), as bacias hidrográficas interestaduais e os reservatórios de águas federais devem ser geridos pela União, ou seja, pela ANA. Por sua vez, as bacias hidrográficas estaduais devem ser geridas pelo estado. No entanto, o Boqueirão, embora seja um reservatório de águas federais, faz parte de uma bacia hidrográfica estadual, que é a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba.

— Isso leva a uma complicação na gestão — afirmou o professor, que sugeriu à Aesa uma delegação de gestão do açude.

Transposição do São Francisco é imprescindível

As obras da transposição do Rio São Francisco foram consideradas pelo presidente da ANA como indispensáveis para solucionar o problema da água no semiárido nordestino, especialmente na Paraíba. Segundo ele, depois da seca deste ano, ganhou importância a construção dos canais a partir do rio.

— Diferentemente do momento em que esse projeto foi lançado e até da resistência de algumas parcelas da sociedade em relação a essa obra, hoje se mostra a importância estratégica que é a construção desses conjuntos de canais — afirmou.

Para o presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, Francisco de Assis Benevides Gadelha, sem a transposição do Rio São Francisco, a Paraíba não tem futuro.

— Nós vamos ter que pressionar para ter a água do São Francisco — disse.

Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), é preciso cobrar não apenas a transposição, mas também as obras complementares de que o estado precisa. Ele sugeriu que seja feita uma reunião com o governo do estado para saber como andam as obrigações estaduais com as obras complementares para o abastecimento de água.

Cícero Lucena concordou com Vital do Rêgo e disse que é preciso cobrar eficiência das empresas de saneamento básico.

Vanessa Grazziotin: COP-19 surpreende com avanços

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se disse surpresa com os resultados da 19ª Conferência do Clima da ONU, a COP-19, realizada na semana passada em Varsóvia, na Polônia, uma reunião sobre a qual “não pairava qualquer expectativa”.

Segundo a parlamentar, o maior avanço alcançado foi a definição de regras para o pagamento aos países que protegem as florestas, o chamado REDD+. Para ter acesso aos recursos, os países devem reduzir o desmatamento e a degradação florestal.

— É uma mudança de lógica, de paradigma, dentro da própria política internacional sobre mudanças climáticas, já que até então tínhamos recursos apenas para nações que recuperassem florestas degradadas. Isso é importante para o mundo inteiro, mas em particular para o nosso país, por que temos a maior floresta tropical do mundo e estamos em desenvolvimento — explicou.

Vanessa esclareceu que as regras preveem o uso dos recursos do Fundo Verde, criado em 2010 e que já tem recursos disponíveis.

Também foram à Varsóvia João Capiberibe (PSB-AP), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Anibal Diniz (PT-AC).



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Capiberibe, conferência ficou abaixo das expectativas

João Capiberibe (PSB-AP) comentou ontem sobre a 19ª Conferência Mundial do Clima da ONU (COP-19), encerrada no sábado, em Varsóvia. Para ele, os resultados ficaram abaixo da expectativa, principalmente por ter sido mal recebida pelos países desenvolvidos a tese de responsabilidade histórica pelos danos ambientais.

Ele relatou que as dificuldades encontradas terminaram por adiar o encerramento das negociações por um dia e o relatório final só foi apresentado no sábado, quando o senador já estava de volta ao Brasil.

Capiberibe afirmou que as mudanças no clima representam uma crise global que veio para ficar e exige decisões rápidas. Destacou o compromisso do Brasil com o desenvolvimento sustentável e classificou o novo Código Florestal como um retrocesso que põe em risco o meio ambiente:

— Do ano passado para cá tivemos um aumento de 28% no desmatamento, e isso pode estar ligado ao novo Código Florestal — não podemos afirmar —, que terminou anistando desmatadores, aqueles que agredem a legislação, os que cometem crimes ambientais, e isso estimula o desmatamento.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Anibal destaca avanços e entraves do evento ambiental

Anibal Diniz (PT-AC) lamentou que a COP-19 não tenha iniciado o planejamento do tratado que vai substituir o Protocolo de Kyoto, de 1997.

Segundo o senador, que foi um dos representantes da Casa no evento, ficou acertado que o novo acordo deve ser aprovado em 2015, quando os países vão dizer o que pretendem fazer para emitir menos gases do efeito estufa.

Apesar disso, a COP-19 aprovou medidas importantes, na opinião dele. Anibal destacou o mecanismo que força países mais ricos a financiar nações que já sofrem com os efeitos da mudança climática e o acordo sobre financiamento de projetos de proteção de florestas de países em desenvolvimento.

— Houve acordo sobre as normas de como medir e verificar os cortes de emissões de projetos florestais. Isso abre espaço para que os governos, os órgãos de fomento e as empresas privadas façam investimentos significativos em ações para deter o desmatamento, uma preocupação cada vez maior nas negociações sobre o clima. Isso porque a perda de florestas representa um quinto das emissões de gases do efeito estufa — relatou o parlamentar.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Bens fruto de corrupção poderão ficar indisponíveis de imediato

CCJ quer aumentar recuperação de recursos públicos. Qualquer bem do agente público e de terceiros poderá ser sequestrado pela Justiça

MUDANÇAS NA LEI de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) poderão impor maior rigor à medida de indisponibilidade de bens de agentes públicos acusados de enriquecimento ilícito. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto de lei (PLS 198/2011) do senador Humberto Costa (PT-PE) que estabelece, entre outras inovações, a imediata indisponibilidade dos bens do gestor fraudador e abre a possibilidade de extensão da medida ao patrimônio de terceiros ou empresa envolvidos na facilitação do crime ou ocultação do seu produto.

Ao justificar o projeto, Humberto Costa observou que a Lei de Improbidade Administrativa já prevê a hipótese de sequestro dos bens do acusado ou de terceiro que tenha enriquecido irregularmente às custas do setor público. Mas ponderou que, nos termos do Código de Processo Civil, isso só se aplica aos bens envolvidos no litígio. O cumprimento da medida seria prejudicado, portanto, pela dificuldade em se distinguir os bens adquiridos com a prática criminosa e os pertencentes ao patrimônio regular do acusado.

A indisponibilidade proposta no PLS 198/2011 — que poderia recair sobre qualquer



Humberto Costa, autor do projeto, crê que a medida minimizará danos ao Erário

bem do fraudador ou de terceiros — seria mais efetiva para recuperação dos danos causados aos cofres públicos. E deverá alcançar bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo agente ou terceiro no exterior, observados os tratados internacionais.

Liminar

Outra mudança é a possibilidade de concessão de liminar sem a audiência do acusado para decretação tanto da indisponibilidade quanto do sequestro de bens. Na avaliação do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a medida pode prevenir eventual dificuldade para a recuperação dos valores subtraídos ilicitamente.

Pelo projeto, nenhum pedido

de restituição (em caso de sequestro) ou de disponibilidade (em caso de indisponibilidade de bens) será considerado sem o comparecimento pessoal do acusado em juízo. A exigência garante a localização do agente responsável pelos danos ao erário, já que não bastará constituir advogado para requisitar a restituição ou a disponibilidade dos bens.

Condenações

Aloysio registrou, em seu parecer, que a Lei de Improbidade Administrativa havia resultado em 4.893 condenações nos Tribunais de Justiça estaduais e 627 nos Tribunais Regionais Federais até março de 2012, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Avança projeto que coíbe uso de loteria para lavar dinheiro

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei (PLS 62/2007) de Alvaro Dias (PSDB-PR) destinado a evitar que as loterias da Caixa Econômica Federal (CEF) sejam utilizadas para ações de lavagem de dinheiro. A matéria segue agora para votação em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta cria lei específica para disciplinar o procedimento da CEF no pagamento dos prêmios de suas loterias. Assim, estabelece como exigências a comprovação da origem dos recursos usados em suas apostas pelo sacador; consulta prévia do gerente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para liberação do prêmio; condicionamento do saque à identificação do ganhador; e manutenção de banco de dados sobre os ganhadores, durante um ano, pela Caixa.

Segundo explicou Alvaro Dias, a proposta foi motivada por informações prestadas pelo Coaf sobre a existência de ganhadores premiados centenas de vezes na loteria, levantando a suspeita de uso das premiações pagas pela CEF para lavagem de dinheiro.

O substitutivo foi elaborado pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA). O projeto teve como relator ad hoc o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Processo administrativo fiscal terá norma única

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que unifica as regras para os processos administrativos abertos quando o contribuinte contesta cobrança de imposto pelos órgãos tributários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O texto vai a Plenário, com pedido de urgência aprovado na CCJ.

A contestação por via administrativa é considerada uma alternativa mais célere e menos onerosa para solucionar conflitos, sem que seja necessário recorrer ao Judiciário. Mas os contribuintes que buscam essa via hoje enfrentam um emaranhado de normas.

O relator na CCJ, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apresentou voto favorável, com duas emendas. Na primeira, ele torna as normas facultativas para municípios com menos de 40 mil habitantes. Conforme argumenta, a falta de estrutura em municípios menores não permitiria a adoção dos mecanismos previstos, como o julgamento de processos em instância especial. Na segunda emenda, o relator sugere que a União tenha dois anos para adotar as regras da nova lei, contados a partir da data de sua publicação.



Francisco Dornelles, relator do projeto

Aloysio quer que ministro explique caso Siemens

A CCJ poderá votar na próxima semana requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) de convite ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para explicar procedimentos da investigação da Polícia Federal (PF) sobre denúncia de formação de cartel e pagamento de propina em licitações para compra de trens por governos do PSDB em São Paulo. Segundo Aloysio, seu partido aponta motivação política para a investigação e discrepância entre a versão em inglês e a tradução para o português de carta atribuída ao ex-executivo da multinacional Siemens Everton Rheinheimer, com relatos sobre suposto esquema de propina para obtenção de contratos com o governo paulista. A carta foi entregue ao Ministério da Justiça pelo deputado licenciado Simão Pedro (PT) e depois enviada à PF para integrar a investigação.

— A tradução contém um parágrafo que não constava do documento original, foi enxertado por alguém. Quero saber quem enxertou — disse Aloysio.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), repudiou qualquer insinuação de envolvimento de deputados, senadores e governadores, como aventado em notícias sobre o caso, e afirmou que o próprio ministro da Justiça teria interesse em falar aos senadores.

Pais não casados vão poder contestar paternidade

A CCJ também aprovou projeto que permite aos pais o poder de contestar a paternidade mesmo quando a filiação decorreu de relação entre não casados. Atualmente, o Código Civil (Lei 10.406/2002) só garante ao pai casado o direito de contestar e apenas na época do registro da criança.

O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) explicou que redigiu um substitutivo ao texto do senador Pedro Taques (PDT-MT) para assegurar a possibilidade de contestação tanto em relação à paternidade presumida quanto à expressamente reconhecida:

— Não é justo que, com idêntica dúvida sobre a paternidade do suposto filho registrado em seu nome, qualquer outro pai não possa contestá-la apenas pelo fato de não serem os pais casados entre si na época desse registro.

O PLS 455/2011 deverá ser votado novamente. Depois, seguirá para a Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário.

Oswaldo Sobrinho pede inclusão do feminicídio no Código Penal

A inclusão no Código Penal do chamado feminicídio — crime cometido contra a mulher por razões de gênero — como circunstância agravante do homicídio recebeu ontem o apoio do senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT). Ele elogiou a audiência sobre o tema promovida esta semana pela CCJ, destacando a participação de Jamilson Campos, juiz auxiliar na 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica de Mato Grosso. Ele disse que o trabalho de Campos tem sido importante para ampliar a conscientização da sociedade a respeito dessa questão, assim como para tornar mais efetiva a aplicação da Lei Maria da Penha em Mato Grosso.

— Em Cuiabá, 100% dos homicídios julgados nessa vara especializada resultam em condenação aos criminosos, numa verdadeira cruzada contra o odioso machismo, que ainda tenta fundamentar a violência praticada no comportamento da vítima.



Eduardo Lopes, senador



Oswaldo Sobrinho, senador

Militares rejeitam críticas à atuação da PM

Participantes de debate na Comissão Especial de Segurança Pública cobram, além de remuneração melhor para policiais, uma visão mais sistêmica das causas da violência

REPRESENTANTES DAS POLÍCIAS militares de diversos estados cobraram ontem remuneração compatível com a importância da função do policial como medida essencial para melhorar a atuação dos profissionais. Durante audiência da Comissão Especial de Segurança Pública, os debatedores explicaram que existe uma total discrepância salarial, o que compromete a motivação dos profissionais.

O presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, Carlos Alberto dos Santos, ressaltou que a questão está diretamente vinculada à criação do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Ele explicou que falta de um orçamento específico para a segurança pública, tanto no âmbito estadual como federal, impede o avanço de projetos que tratam do assunto.

— Não se faz segurança pública sem um investimento contínuo, perene e de acordo com as necessidades das instituições policiais — disse.

Já o comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Jooziel Freire, defendeu autonomia para utilização desses recursos e para a aquisição de equipamentos. Ele afirmou que as PMs de todo o Brasil estão submetidas a



Carlos Alberto dos Santos, Mauro Sinott, senador Vital do Rêgo, Márcio Sant'Ana, Jooziel Freire e Elias Silva: debatedores condenam desmilitarização da polícia

uma lei de aquisição geral (Lei 8.666/1993) que ocasiona demora na obtenção do material.

— Precisamos de alguns equipamentos para daqui a 30 dias e levamos 8 meses para adquirir porque estamos presos na legislação e instruções normativas — lamentou.

Ele também criticou a carga de trabalho, que classificou de “insana” e “desumana”, lembrando que, no DF, a média de atendimentos pelo 190 é de 400 mil por mês.

Saúde e segurança

O delegado Kleber da Silva Junior protestou contra a diferença de tratamento no que se refere à saúde e à segurança. Segundo ele, todos querem buscar fontes de financiamento para a saúde, mas quando o tema é segurança, dizem que o sistema deve ser modificado porque está falido.

— Nosso sistema não está falido. Está desenhado com as estruturas mínimas na Constituição, mas não se viabilizou por omissão do Estado.

Na mesma linha, o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Marcos Ribeiro, destacou que o discurso de que o sistema policial brasileiro está falido é “injusto” e “preconceituoso”. Segundo ele, as polícias no Brasil, pós-1988, são comprometidas com os ideais democráticos e essa deveria ser a visão da população em relação a essas instituições.

Para os debatedores, a população não pode transformar a polícia na “Geni” da República e jogar pedra nessas instituições. Marcos Ribeiro afirmou que o aumento da criminalidade não pode ser atribuído às polícias, mas sim a um fracasso do Estado.

— Não se cobra de um médico uma epidemia, não se cobra do professor o analfabetismo, mas cobramos da polícia o aumento da criminalidade.

Carlos Alberto dos Santos explicou que o sistema de justiça criminal é dividido em segurança (polícia e bombeiros), justiça criminal (Ministério Público e defensorias) e Execução (estabelecimentos prisionais). Para ele, o problema da violência deve ser visto levando em consideração essas três esferas.

— Estamos tratando de um corpo que tem cabeça, tronco e membros debilitados. Não basta apenas darmos remédios somente para a cabeça se tronco e membros vão continuar debilitados — explicou.

Apesar de ser defendida por diversos senadores, como Lindbergh Farias (PT-RJ) e Pedro Taques (PDT-MT), os

representantes se mostraram contrários à desmilitarização das polícias. Para eles, diversos mitos precisam ser quebrados, entre eles o de que os militares são formados para matar.

O diretor da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais Elias Silva apontou nomes de militares que mudaram a história do país, entre eles Tiradentes, Deodoro da Fonseca e Juscelino Kubitschek, e afirmou que a ideologia da violência nada tem a ver com o militarismo.

Para Kleber Junior, a militarização não deve ser vista com desvalor, já que a disciplina e a hierarquia são legados valorizados. Carlos Alberto dos Santos disse que outros dois mitos precisam ser quebrados: o de que somente o Brasil tem polícias e bombeiros militares e o que diz que as PMs foram criadas pela ditadura.

Desempenho da polícia militar é questionado

O artigo 144 da Constituição federal regulamenta o funcionamento da segurança pública no Brasil e prevê quais os tipos de polícias e as funções de cada uma. Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Às polícias civis cabem as investigações de crimes e o cumprimento de ordens judiciais no âmbito local.

Já a Polícia Federal (PF) atua como polícia judiciária e investigativa, mas apenas quando se trata de crime contra a ordem política e social ou bens, serviços e interesses da União. A PF

cuida ainda de outras infrações com repercussão interestadual ou internacional ou que exijam repressão uniforme.

Militarização

As polícias militares — assim como as polícias civis, corpos de bombeiros militares e forças auxiliares do Exército — estão subordinadas aos governos dos estados e do Distrito Federal, o que levou ao surgimento de 27 realidades distintas para cada corporação. A edição de 2013 do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* afirma, no entanto, que há vários

problemas comuns a todas elas.

Uma das dificuldades da polícia militar está ligada justamente ao fato de ser militar. No contato com a sociedade, tem sido criticada por atuar como numa guerra — com excessiva força e pouca capacidade de diálogo e entendimento. Enquanto, internamente, o Código Militar obriga os integrantes a uma severa disciplina, há na PM um grande contingente que também se ressentem por não ter direito de organização e de greve.

As manifestações de junho

fortaleceram a tese da desmilitarização da PM. Mesmo vendo a medida com simpatia, estudiosos pedem cautela.

— A desmilitarização só fará sentido com a criação de uma polícia de ciclo completo, encarregada da prevenção, policiamento e investigação de crimes — afirma o presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal, Flávio Werneck.

Remuneração

Outra dificuldade é a salarial. Para Luis Flávio Saporì, coordenador do Centro de Pesquisa de Segurança Pública da PUC Minas, os salários dos policiais civis são bem mais altos do que os dos militares. Enquanto um delegado em início de carreira recebe R\$ 10,5 mil mensais, um tenente da PM ganha R\$ 6,5 mil. Para Saporì, a diferença exacerba os conflitos.

— As demandas corporativas das carreiras policiais acabam se impondo sobre os governos, criando muitas desigualdades nas remunerações entre as polícias e também no interior das próprias polícias — afirma.

Origem data do século 19, com vinda de D. João IV

Muitos atribuem a criação da polícia militar à ditadura (1964-1984). Na verdade, a origem remonta à chegada de D. João VI, em 1808. No ano seguinte, no Rio de Janeiro, foi criado um corpo equivalente ao que ficara em Lisboa: a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, que já tinha estrutura militarizada, com companhias de infantaria e de cavalaria.

Com o tempo, foram sendo criados corpos policiais nas províncias. Minas Gerais foi a primeira (1811), seguida por Pará (1820), Bahia e Pernambuco (ambas em 1825). Após a proclamação da República, em 1889, foi acrescentada a designação “militar” às corporações, que passaram a ser conhecidas como corpos militares de polícia.

Durante a ditadura, a corporação foi reestruturada, no que diz respeito à administração, ao treinamento, à tecnologia e à identidade ideológica.



Policiais observam a favela da Rocinha, Rio de Janeiro: muitos são acusados de truculência, de agir como numa guerra

Crime de terrorismo poderá ter pena de 30 anos

Tipificação do crime foi aprovada ontem por comissão mista de consolidação de leis. Apesar de a Constituição de 1988 condenar a prática, a única previsão penal remonta à legislação da ditadura militar

A COMISSÃO MISTA de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais aprovou relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que define o crime de terrorismo e estabelece as penas para essa prática. Pelo texto, elaborado a partir de proposta do deputado Miro Teixeira (PROS-RJ), terrorismo significa provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à liberdade da pessoa.

A pena pelo crime poderá variar entre 15 e 30 anos de reclusão. Se do ato resultarem mortes, o acusado ficará sujeito a uma pena inicial de 24 anos de reclusão. O projeto prevê agravante se o terrorismo for praticado com o uso de explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa ou outro meio capaz de causar danos ou promover destruição em massa. Nesse caso, as penas serão aumentadas em um terço.

Será considerado como motivo para igual aumento da pena o ato de terrorismo praticado em meio de transporte coletivo ou em locais com grande aglomeração de pessoas. A regra valerá ainda para crime de terrorismo praticado



Romero Jucá (D) e deputado Cândido Vaccarezza na reunião da comissão

sob proteção internacional ou quando o autor for agente público, civil ou militar, ou pessoa que aja em nome do Estado.

Autoridades

Depois de considerações de Miro Teixeira, Jucá chegou a pensar em retirar do texto as hipóteses de agravamento da pena para os atos de terrorismo tendo por alvo o presidente da República, o vice e os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, bem como chefes de Estado ou de governo estrangeiro, além de agentes diplomáticos ou consulares. Porém, no voto, o texto original do dispositivo foi integralmente mantido.

— As vítimas, de modo geral, devem ser defendidas pelo Estado. A vida é o bem

jurídico a ser tutelado. Não há diferença entre a vida do presidente da Câmara, do presidente do Senado, do presidente da República e a vida de qualquer cidadão — justificou Miro, considerando um atraso a visão expressa no texto original.

A maioria, no entanto, se alinhou ao senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) na visão de que não se trata de atribuir maior valor à vida daquelas autoridades, mas de compreender que elas personificam as instituições que representam. Se o objetivo do terrorismo é provocar pânico e insegurança, como lembrou Aloysio, quando o ato se volta contra o presidente da República, o potencial da ação se amplia. Ele observou que a maior parte dos países admite essa diferenciação.

Jucá também disse que a iniciativa de elaboração do projeto, que começa agora a tramitar no Senado, não traduz preocupação exclusiva com os grandes eventos esportivos programados para o país. Segundo ele, a lei trata de amplas situações e o Brasil, hoje uma grande potência mundial, deve estar sempre preparado.



Deputado Miro Teixeira foi o autor da proposta inicial analisada pela comissão

Proposta não faz referência a motivações

O projeto também considera crimes a incitação e o financiamento ao terrorismo e a formação de grupos com o fim de praticar atos terroristas. O condenado deve começar a cumprir a pena em regime fechado e só tem direito à progressão depois de cumprir quatro quintos da pena. Por se tratar de crimes contra o interesse da União, a competência para processar e julgar os atos é da Justiça Federal.

Na justificativa da proposta, Romero Jucá lembra que, apesar de a Constituição de 1988 condenar o terrorismo — que também é objeto de tratados internacionais assinados pelo Brasil —, o país ainda não tem uma legislação específica para

facilitar a repressão penal.

— É constrangedor o fato de o único tipo penal que expressamente menciona o terrorismo remontar ao fim do regime militar, no contexto da Lei de Segurança Nacional [Lei 7.170/1983] — afirma.

Movimentos sociais

O relator também salientou que a ideia não é penalizar ações dos movimentos sociais, mas o terrorismo. Conforme Jucá, se esses movimentos infringirem a lei, há outras legislações para enquadrar qualquer tipo de ato impróprio. Observou que, para afastar qualquer confusão, foi excluído do texto referências a motivações para definir o terrorismo

— ideológico, religioso, político ou de preconceitos racial ou étnico. Mas disse que “terrorismo é terrorismo” em qualquer situação e precisa ser punido.

— Nenhum movimento social pode, também, derrubar um avião, explodir um prédio e assassinar pessoas — afirmou, salientando a necessidade de respeito à lei.

Segundo Jucá, a iniciativa de classificar como terrorismo um “quebra-quebra” numa manifestação é “forçar a barra”. Jucá acredita que o princípio constitucional da razoabilidade será considerado e que a Justiça irá coibir ações de autoridades que tentarem usar a legislação com “intenção desmedida”.

Aprovada sinalização trilingue em rodovias turísticas e de fronteiras

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do Senado (PLS 714/2011) tornando obrigatória a sinalização de trânsito nas rodovias federais



Gerardo Magalhães/Agência Senado

em inglês e espanhol, além do português, em trechos determinados. Como o projeto foi aprovado em votação final, segue agora para a Câmara.

De autoria do senador licenciado Jayme Campos (DEM-MT), o projeto modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para que a sinalização vertical de indicação e a especial de advertência, utilizadas nas rodovias federais, quando não expressas exclusivamente por

meio de figuras, deverão conter legenda enunciada em português, inglês e espanhol.

A proximidade dos eventos internacionais que o país sediará, como a Copa do

Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016, foi o que motivou o autor a apresentar o projeto. A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), concordou com o mérito da proposta, mas fez uma emenda, por não considerar razoável a sinalização trilingue ao longo de todas as rodovias federais.

Com a emenda, a relatora também expandiu a proposta a vias municipais e estaduais que apresentem a mesma dificuldade ao turista.

Collor alerta para deterioração da economia argentina

Ao abrir a reunião da Comissão de Infraestrutura (CI) ontem, Fernando Collor (PTB-AL) chamou a atenção para o “período de deterioração” pelo qual passa a economia argentina, que, segundo ele, sofre com baixo crescimento, aumento da inflação e dificuldades cambiais.

Segundo o presidente da CI, ao reassumir as atividades depois de mais de um mês afastada por razões de saúde, a presidente Cristina Kirchner reafirmou a continuidade de uma política econômica intervencionista, que tem trazido dificuldades para o país.

— Além das interferências na área do comércio exterior e no câmbio, o governo argentino tem reestatizado várias empresas — observou.

Collor afirmou que setores da oposição têm acusado o governo de manipulação das taxas de inflação.

O senador também abordou a realização dos leilões de rodovias. Ontem, a Odebrecht arrematou a concessão de um trecho de 850 quilômetros da BR-163, em Mato Grosso, por onde passa boa parte dos grãos produzidos no estado. A empresa ofereceu proposta de tarifa de pedágio 52% abaixo do previsto pelo governo, que era de R\$ 5,50 por 100 quilômetros.

— Segundo o ministro César Borges, o governo quer licitar, até o fim do ano, outras três rodovias que, somadas à BR-050, em Goiás, já leiloadas, deverão resultar em investimentos de R\$ 27,8 bilhões — afirmou.

Audiência debaterá interligação entre Atlântico e Pacífico

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem requerimentos para realização de duas audiências públicas. A primeira delas para discutir a viabilidade da implantação definitiva da chamada rota bioceânica, que interligaria os Oceanos Atlântico e Pacífico, com a cooperação estratégica dos governos de Argentina, Paraguai e Chile. A outra destina-se a debater as dificuldades do escoamento de grãos, que prejudicam principalmente o agronegócio e a Região Centro-Oeste, maior produtora do país. As datas ainda serão definidas.

Indicações

O colegiado iniciou também a análise de dois

indicados ao Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel): Igor Vilas Boas de Freitas e João Batista de Rezende.

Os relatórios sobre as indicações foram lidos, e o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), concedeu vista coletiva para que os senadores tenham mais tempo de analisar os nomes.

A próxima reunião da Comissão de Infraestrutura será realizada na quarta-feira, às 7h30, para dar continuidade à agenda de debates do colegiado sobre a logística no país, com o painel a respeito de portos, marco regulatório e melhoria da gestão portuária.



Presidentes da Câmara, Henrique Alves, e do Senado, Renan Calheiros, serão procurados para ajudar a acelerar votações

Comissão busca apoio para consolidar legislação

Criada em março, comissão mista já aprovou projetos de regulamentação constitucional de grande repercussão, como o do trabalho doméstico, que, no entanto, ainda não receberam votação final

COM O OBJETIVO de acelerar a votação de projetos originários da Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais, como o que regulamenta o trabalho doméstico, o colegiado deverá buscar o apoio dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves. A decisão foi tomada ontem, depois que Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que integra a comissão, abordou a falta de resultados práticos dos trabalhos já concluídos.

— A comissão está realizando um trabalho dos mais importantes e trata de temas que são do interesse geral. Fico frustrado porque não estou vendo os desdobramentos — afirmou Aloysio.

O senador lembrou que o projeto destinado a regulamentar o trabalho doméstico (PLS 224/2013 — Complementar), já analisado pelo Senado, está há quatro meses na Câmara à espera de votação. Aloysio

apelou para “a autoridade e o prestígio” dos integrantes da Mesa da comissão para que os projetos avancem.

O presidente do colegiado, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), concordou ser necessário imprimir maior agilidade. Segundo ele, naquela Casa foi aprovado um pedido da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) para que o projeto do trabalho doméstico seja votado pelas comissões da Câmara. A alternativa é levar a proposta para decisão diretamente em Plenário.

Regulamentação

Romero Jucá (PMDB-RR), relator da comissão, confirmou a conversa com Henrique Alves para tratar do agendamento dos projetos que seguiram para a Câmara. O senador lamentou que, por falta de votação da regulamentação do trabalho doméstico, a categoria ainda esteja impedida de desfrutar dos seus novos direitos, entre

os quais o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

A comissão foi criada em março deste ano, por ato dos presidentes das duas Casas do Congresso, com o objetivo de organizar a legislação e também regulamentar dispositivos da Constituição de 1988.

Já foram aprovados seis relatórios, inclusive projetos que tratam da desapropriação de propriedades na constatação de trabalho escravo, a definição de quais verbas entram no teto da remuneração no serviço público e sobre as regras para eleição indireta do presidente da República e do vice quando já não houver mais prazo para novas eleições diretas.

Na próxima reunião, a comissão deve examinar proposta para regulamentar o direito de greve no serviço público. O relatório deveria ter sido votado ontem, mas foi adiado para a reunião do dia 11 de dezembro, depois de novas negociações com as centrais sindicais.

PRESIDENTE DO SENADO COBRA VOTAÇÃO DE PROPOSTAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, voltou a cobrar a votação pela Câmara de matérias relevantes já aprovadas pelo Senado. Entre elas, a partilha de impostos gerada pelo comércio eletrônico, a regulamentação do trabalho doméstico, a ficha limpa para os servidores dos Três Poderes e o fim do parente como suplente, entre outras.

— São matérias importantíssimas e que não tiveram a tramitação que o povo brasileiro esperava na Câmara dos Deputados. Isso enfraquece o bicameralismo — afirmou.

RENAN ANUNCIA FINALIZAÇÃO DO ANTEPROJETO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL NA PRÓXIMA SEMANA

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou durante a sessão deliberativa de ontem que a comissão de juristas instituída pela Presidência do Senado para elaborar o anteprojeto da nova Lei de Execução Penal encerra os trabalhos na próxima semana.

Instalada em abril, com 16 integrantes nomeados pelo presidente do Senado, a comissão é presidida pelo ministro Sidnei Beneti, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Lei 7.210/1984, denominada Lei de Execução Penal, trata das regras para o cumprimento de sentenças.

Aprovados novos cargos para o Tribunal do Trabalho da 4ª Região

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, poderá contar com 43 novos cargos efetivos, todos na área de tecnologia



Gerardo Maggelo/Agência Senado

aprovados ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

As propostas seguem para o Plenário, devendo o primeiro tramitar em regime de ur-

gência, conforme requerimento aprovado na CCJ.

Relator do PLC 77/2013, Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou a importância de os tribunais estarem aptos a incorporar os novos conhecimentos em tecnologia da informação,

Ministério Público Federal poderá criar 660 novos cargos até 2020

Até 2020, o Ministério Público Federal (MPF) deverá criar 660 cargos efetivos de procurador da República, elevando para 1.484 o número de integrantes da carreira. A criação escalonada desses cargos foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem e segue para votação em regime de urgência no Plenário do Senado.

O relator da proposta (PLC 102/2013), Eduardo Braga (PMDB-AM), manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Está prevista,

ainda para este ano, a criação de 15 cargos efetivos de procurador regional da República e 12 cargos efetivos de subprocurador-geral da República, além de 90 cargos em comissão.

José Pimentel (PT-CE) também defendeu a iniciativa e observou que foram criadas, na última década, 413 varas federais. O fato concorreu não só para intensificar o processo de interiorização da Justiça, como também para gerar novas demandas para os membros do MPF, conforme salientou.

Multas de trânsito deverão ter valor multiplicado por dez

Punições a motoristas que dirigirem embriagados e a outras infrações graves de trânsito poderão ser ampliadas com base em dispositivos da Lei 12.760/2012,



Moreira Malta/Agência Senado

de multas e estabelece que, em caso de reincidência da mesma infração no período de um ano, essas multas já elevadas deverão ser aplicadas em dobro.

conhecida como a nova Lei Seca. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem em votação final substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 684/2011, do senador Benedito de Lira (PP-AL), que multiplica até por 10 o valor

O substitutivo elaborado pelo relator, senador Magno Malta (PR-ES, foto), também determina a suspensão cautelar do direito de dirigir por até dois anos para quem dirigir sem habilitação ou com a carteira cassada.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Proposta aprovada pela CCJ pretende estimular a apresentação de projetos de lei pelos cidadãos, conforme previsto na Constituição. Atualmente são necessárias cerca de 1,3 milhão de assinaturas

Iniciativa popular poderá conter assinatura eletrônica

PROJETOS DE LEI de iniciativa popular poderão receber apoio por meio de assinatura eletrônica. É o que prevê projeto (PLS 129/2010) aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão final.

Atualmente, para propor um projeto ao Congresso, a sociedade precisa mobilizar no mínimo 1% dos eleitores, distribuídos em pelo menos

cinco estados, com um percentual mínimo de eleitores em cada um. É o que diz a Lei 9.709/1998. Como o eleitorado brasileiro ultrapassa os 135 milhões de eleitores, essa exigência significa mais de 1,3 milhão de assinaturas.

Estímulo

O projeto, de autoria da ex-senadora Serys Slhessarenko,

abre a possibilidade para que esse apoio também seja feito por meio de assinaturas eletrônicas, e não apenas por assinaturas em papel. O relator da matéria na CCJ, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), apresentou voto favorável ao projeto.

— A possibilidade de adesão a projeto de iniciativa popular mediante assinatura eletrônica sem dúvida servirá de estímulo ao aumento da utilização desse importante instrumento de democracia direta.

O relator também elogiou medida que determina que os projetos de iniciativa popular que não alcançarem o número mínimo de assinaturas tramitarão na forma de sugestões legislativas.

Se não houver recurso para análise no Plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.



Para Petecão, medida vai facilitar uso do instrumento de democracia direta

Dependentes de servidor podem ter benefícios garantidos

Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos não poderão excluir dependentes que assim sejam considerados pelas regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). É o que propõe o PLS 314/2013, de Paulo Paim (PT-RS), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebe decisão final.

Segundo Paim, o projeto foi motivado pela reclamação de um cidadão gaúcho viúvo de servidora municipal do qual era dependente e que foi desestimulado a casar-se novamente sob pena de perder o direito à pensão de que é beneficiário.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) foi o relator ad hoc. Ele afirmou que o projeto vem deixar patente a isonomia entre os trabalhadores do serviço público e do privado. O relatório informa ainda que já foram constatadas várias situações de descumprimento da lei, sobretudo no que toca à flexibilização da condição de dependência.

De acordo com as regras do RGPS (Lei 8.213/1991), são considerados dependentes: o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência que o torne absoluta ou relativamente incapaz; os pais; o irmão não emancipado,



Paim elaborou proposta a partir da queixa de um cidadão gaúcho

menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz. Ainda de acordo com a norma, o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica.

Lídice aplaude tombamento do Teatro Castro Alves pelo Iphan

Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a decisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de tombamento do Teatro Castro Alves e o terreiro de candomblé Ilê Axé Oxumaré, ambos em Salvador. Com a medida, esses espaços serão beneficiados com ações especiais de proteção e preservação em virtude da importância histórica e cultural, afirmou a parlamentar.

Ela acrescentou que a Casa de Oxumaré — como também é conhecido o terreiro — é um dos mais antigos templos do candomblé do país.

— É o sétimo terreiro de candomblé que foi tombado na Bahia, que guarda toda a tradição da cultura africana no Brasil — explicou.



Suplicy elogia documento escrito pelo papa Francisco

O recente documento escrito pelo papa Francisco recebeu elogios do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele destacou trechos do texto *A Alegria do Evangelho*, divulgado nesta semana, em que o pontífice aponta caminhos para a Igreja Católica nos próximos anos.

No documento, ressaltou Suplicy, o papa questionou o consumo excessivo, o individualismo, a busca incessante do prazer individual, a idolatria do dinheiro e a falta de preocupação com o outro, o próximo. O papa criticou a economia da exclusão, que iguala os seres humanos a mercadorias, acrescentou o senador.

— Não se pode tolerar mais o fato de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome — afirmou Suplicy.



Sessão da CE em homenagem aos brasileiros campeões de futebol social

Campeões do futebol social são homenageados no Senado

Longe dos estádios que serão palco da Copa do Mundo da Fifa e sem apoio da Confederação Brasileira de Futebol ou de patrocinadores, uma seleção brasileira formada por jovens de comunidades carentes sagrou-se campeã invicta da 11ª edição da Copa do Mundo de Futebol Social (Homeless World Cup), realizada em Poznan, na Polônia, entre 11 e 18 de agosto. A delegação e os organizadores do projeto no Brasil foram homenageados ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A Copa do Mundo dos Sem-Teto, como também é conhecida a competição, foi criada há dez anos para chamar a atenção sobre as precárias condições de moradia no mundo. A edição deste ano contou com a participação de 59 seleções de todos os continentes (46 no torneio masculino e 13 no feminino).

A Seleção Brasileira de Futebol Social teve que driblar a falta de recursos e de

patrocínio para ser campeã. A equipe deveria ter, no mínimo, 8 atletas — na Homeless Cup, os times têm 3 jogadores e um goleiro —, mas a delegação contou com apenas 4 jogadores, que tiveram que disputar 13 partidas. Além disso, a equipe feminina não foi ao campeonato.

Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do requerimento de realização da homenagem, elogiou a determinação dos atletas e dos organizadores do projeto, mas lamentou a falta de apoio do governo e da CBF. O parlamentar garantiu que trabalhará para que os problemas não se repitam na próxima edição do torneio, que será realizado em 2014, em Santiago, no Chile.

— Vocês são prova da garra brasileira. Em nome do Senado, quero dizer do orgulho que sinto. Quero também garantir que vamos começar a trabalhar cedo para que, na próxima, vocês possam ir com todo apoio possível — disse Cristovam.

Senadores lamentam morte de Nilton Santos, bicampeão mundial

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou o ex-lateral esquerdo do Botafogo e da Seleção Brasileira Nilton Santos. Conhecido como a Enciclopédia do Futebol, o jogador faleceu ontem aos 88 anos em decorrência de uma infecção pulmonar. Ao propor voto de pesar, o senador referiu-se a ele como “craque excepcional” e disse que 2013 foi um ano de grandes perdas para o futebol: Djalma Santos, em julho, Nilton De Sordi, em agosto, e Gylmar dos Santos Neves, também em agosto.

Eleito pela Fifa em 2000 como o melhor lateral esquerdo de todos os tempos, Nilton Santos nasceu no Rio de Janeiro em 16 de maio de 1925. Foi bicampeão mundial pela Seleção Brasileira em 1958, na Suécia, e em 1962, no Chile. Foi também o jogador que mais vestiu a camisa do Botafogo, único time pelo qual

jogou durante toda a vida: 718 partidas em 16 anos de clube.

Alvaro Dias (PSDB-PR) também declarou seu pesar: — O futebol perde a sua enciclopédia. Nilton Santos foi uma lenda das últimas gerações e se notabilizou como o mais clássico dos defensores — disse o senador.

Suplicy e Alvaro mencionaram ainda a habilidade para ir ao ataque, o que fez dele um “ala pioneiro”.



Nilton Santos, a Enciclopédia do Futebol, morreu ontem aos 88 anos

Votação na Comissão de Educação em tempo recorde provocou polêmica com senadores governistas, que não estavam presentes no momento da apreciação da proposta

Jimmy Christian / Agência Senado



Cyro Miranda, presidente da Comissão de Educação, e Alvaro Dias, relator do texto, insistem que regimento foi cumprido

Plenário vota PNE em 11 de dezembro, anuncia Renan

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, marcou para o dia 11 de dezembro a votação do Plano Nacional de Educação (PNE) — PLC 103/2012. O prazo é suficiente, segundo Renan, para a apresentação de emendas e a busca de um entendimento sobre a proposta. A sugestão foi acatada pelos líderes partidários.

Ontem, o PNE foi aprovado pela Comissão de Educação (CE) em uma reunião que durou dois minutos e com a presença de cinco parlamentares, gerando críticas do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele se disse indignado e considerou a votação de “uma estranheza enorme, que fragilizou o deba-

te”, além de ter sido feita sem a leitura do relatório e sem esclarecimento das alterações.

Ele solicitou à Mesa do Senado que se posicione diante da situação.

— A deliberação na Comissão de Educação não deveria acontecer em dois minutos em que não se deu o direito a senadores e senadoras de debater, engrandecer e até valorizar ainda mais o brilhante trabalho que o senador Alvaro Dias [PSDB-PR] fez no relatório do Plano Nacional de Educação — lamentou.

Alvaro justificou a rapidez da decisão:

— A oposição foi mais pontual. Em muitas ocasiões, apressa-se a votação

exatamente para fazer com que a sua proposta possa ser vitoriosa. Isso é legítimo e foi feito hoje — disse.

O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse que cumpriu o regimento. Segundo ele, como os demais interessados se atrasaram, não houve discussão e o relatório foi aprovado.

Braga afirmou que, na reunião, não foi distribuído ou lido o adendo ao relatório apresentado no início da semana. Também condenou a aprovação de pedido de urgência para votação no Plenário sem as 27 assinaturas necessárias. Segundo Braga, agora, com as emendas, o texto pode não passar na Câmara.

Governo deve tentar mudar plano, afirma Wellington Dias

Senadores governistas devem apresentar voto em separado na votação em Plenário do PNE. A informação é do líder do bloco de apoio ao governo, Wellington Dias (PT-PI), para quem a votação não se deu de forma “republicana”.

— A reunião estava convocada para as 14h30 e, às 14h31, já havia terminado. Nós não estamos falando de uma proposta qualquer — criticou o senador.

Apesar do acatamento total ou parcial de 44 das 92 emendas apresentadas, o senador disse acreditar que houve desrespeito a entidades que queriam apresentar sugestões ao texto.

Embora alegue não ter tido tempo para uma análise aprofundada do relatório, Wellington citou alguns pontos em que o governo pode sugerir mudanças, entre eles o prazo para o cumprimento das metas.

— O ponto de divergência é apenas no sentido de que haja um período compatível com a robustez dessas metas — explicou.

Outro item em que deve haver tentativa de alteração é a meta de idade para a alfabetização. Quando chegou



ao Senado, o texto previa como meta alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Da forma como o texto foi

aprovado pela CE, esse prazo é reduzido para os 7 anos de idade ou até o segundo ano do ensino fundamental, a partir do segundo ano de vigência do plano.

Ousado

Wellington ainda classificou de ousado o Plano Nacional de Educação, principalmente a meta que prevê que, em dez anos, 10% do produto interno bruto serão destinados ao setor.

— Com isso, calcula-se que R\$ 400 bilhões irão para a educação — afirmou o senador.

Quanto à garantia do ensino em escolas da rede pública para as pessoas com deficiência, o parlamentar afirmou que “o governo garante apoio técnico e financeiro para as instituições privadas, sem fins lucrativos, especializadas em educação especial”, observando, no entanto, que é importante a inclusão dessas pessoas no ensino formal e, posteriormente, também no mercado de trabalho.

Veja o que muda no Plano Nacional de Educação aprovado em comissão

O projeto aprovado na CE traz 101 modificações do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), que retoma alguns pontos da proposta original suprimidos pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PNE é composto de 14 artigos com 20 metas. O plano tem duração de dez anos e conta com diretrizes como a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

Prazos

Entre as mudanças estão a reinserção do prazo de um ano para que estados e municípios elaborem os respectivos planos de educação e a reinclusão do prazo de dois anos para que os entes federados implementem e disciplinem a gestão democrática da educação pública.

Investimento

O relatório também incorpora a determinação de que o investimento público seja feito preferencialmente no setor público, admitindo, no entanto, os investimentos em escolas comunitárias ou filantrópicas de educação infantil e especial, além de



Alunos de Tangará da Serra (MT): investimento deve priorizar escolas públicas

programas como o Universidade para Todos (Prouni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e o Ciência sem Fronteiras, entre outros.

O relator incluiu também novas medidas sugeridas por convidados das audiências públicas realizadas pela comissão. Uma delas reforça o caixa da educação, para que se alcance a meta dos 10% do produto interno bruto para o setor. Também aceitou proposta de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que 50% dos bônus de assinatura dos contratos

de produção de petróleo e gás natural na área do pré-sal sejam destinados ao ensino. Segundo Alvaro Dias, se essa medida já estivesse em vigor, o leilão de Libra teria propiciado R\$ 7,5 bilhões adicionais para a educação.

O relatório do líder tucano ainda estabelece critérios para a distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação durante a vigência do PNE, e a aprovação, no prazo de um ano, de lei específica com o objetivo de definir a participação percentual mínima dos entes federados no incremento de verbas para o alcance da meta de ampliação

progressiva do investimento em educação pública.

Cumprimento

Mecanismos de responsabilização pelas metas do PNE também estão previstos no texto. Entre eles o envolvimento dos tribunais de contas no acompanhamento da ampliação do investimento público; o condicionamento da assistência financeira federal à elaboração de planos estaduais no prazo previsto; e a imputação de crime de responsabilidade à autoridade competente que não executar a programação orçamentária da educação, salvo se autorizada pelo respectivo Poder Legislativo, mediante justificativa.

Especiais

No que se refere aos alunos com deficiência e necessidades especiais, o relatório propõe que o sistema educacional formal seja inclusivo, mas que as escolas e serviços especializados precisam ser preservados. Além disso, o relatório assegura às famílias e às pessoas com deficiência o direito de serem ouvidas sobre o atendimento

educacional especializado e garante a educação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para os surdos. O relatório proíbe a recusa de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular em razão da sua condição.

Alfabetização

O relatório ainda determina que o marco do processo de alfabetização passe a ser aos sete anos de idade ou no 2º ano do ensino fundamental, a partir do segundo ano de vigência do PNE; e aos seis anos a partir do quinto ano.

A oferta de educação integral para todos os alunos no prazo de dez anos também consta do texto aprovado.

A proposta mantém as metas de implementação do Custo Aluno-Qualidade Inicial e Custo Aluno-Qualidade, inclusive quanto à complementação federal para os entes federados que não conseguirem atingi-los. Alvaro explicou que essas estratégias são a espinha dorsal do PNE.

O relatório também estabelece que a formação inicial do docente seja em nível superior.